

"Não basta ser anarquista, é preciso saber tocar pandeiro"

Pontapé inicial:

Todos sabem que sete é conta de mentiroso. Por isso, nesse dia 7 de novembro (7 vezes 11 = 77 dias de greve) iremos homenagear um dos maiores cultores da arte da mentira, o nosso ilustre Ministro da Falta de Educação, Dr. Paulo Renato, com um breve comentário acerca das suas sete mentiras mais frequentes acerca da Universidade:

1. **A greve dos professores é política.** Claro que sim ! Acho que foi Sartre que disse que até levar seu cachorro pra fazer xixi era um ato político. Privatizar os serviços públicos, degradar o funcionalismo com arrocho salarial e projetar a destruição da universidade fazem parte de uma política. E a greve é um ato político que se contrapõe a isso. Dizer que a greve é política se trata de uma falácia, isto é, uma mentira com aparência de verdade. O ministro quer dizer que estamos fazendo greve para favorecer um partido, apenas para agitar. Matéria da *Folha de São Paulo* do dia 2 de outubro de 2001 mostra a defasagem salarial dos professores das federais: na USP e Unicamp os salários são 60% maiores. Ademais, hoje em dia 17,7% dos docentes são substitutos, cujas condições de trabalho são precárias (podem ter seus contratos prorrogados por até dois anos) e seus vencimentos são irrisórios (R\$ 636,02 para um professor com graduação).
2. **A greve ameaça a realização do vestibular e pode implicar no cancelamento do semestre.** Outra falácia: o ministro procurou, desde o início, semear o pânico, valendo-se do seu amplo acesso à mídia (quantas entrevistas já foram publicadas com o presidente da ANDES ? e quantas com o Ministro ?). Muitos meses antes da greve o sindicato dos professores universitários já havia protocolado suas reivindicações sem obter nenhuma resposta por parte do ministro, que jamais se dignou a conceder uma audiência sequer. O MEC só começou a “negociar” depois de um mês de greve. A greve é longa por conta desta estratégia do governo: fazer de conta de que a greve não existe. É claro que uma greve prolongada pode causar (e já está causando) prejuízos, mas estes devem ser atribuídos àqueles que desconsideram as nossas reivindicações, procuram intimidar o movimento (com o corte de salários) e não cumprem seus acordos anteriores (de incorporação da GAE). É a intransigência do MEC que ameaça não somente o vestibular e o semestre, mas a própria existência da universidade pública e gratuita de qualidade.
3. **Não se deve pagar salário a quem não está trabalhando.** Outro argumento falacioso. Pois em todas as greves dos professores das federais as aulas foram repostas e os semestres letivos foram respeitados, com enorme sacrifício em nossas vidas pessoais (não poder programar férias com os filhos, por exemplo, incerteza absoluta quanto a datas). O patrão do operário da Volkswagen negocia com ele os automóveis que se deixaram de produzir, mas no nosso caso, não produzimos automóveis e iremos, como sempre, cumprir nossa responsabilidade. Ademais, a instância máxima da Justiça brasileira (STF) considerou ilegal o corte do nosso salário.
4. **A GED premia a produtividade e a competência e, portanto, é inegociável.** Uma das nossas principais reivindicações era a incorporação ao nosso salário da GED (Gratificação de Estímulo à Docência). Hoje em dia, apenas um quarto do que recebemos mensalmente corresponde ao nosso salário. O restante (75%) provém de duas gratificações, a GAE e a GED. Há um problema básico com as gratificações: podem ser retiradas a qualquer momento, da mesma forma que foram instituídas. Além disso, sobre elas não incidem, por exemplo, os anuênios (prêmio de 1% sobre o salário para cada ano de trabalho e que FHC congelou em 1998). Com isto, o governo dribla a lei e prejudica, sobretudo, os aposentados (que, naturalmente, possuem mais anuênios). O caso da GED é ainda pior. A justificativa da GED é a premiação do desempenho, da produtividade. Mais uma falácia. A GED é calculada a partir de uma tabela de pontos, cuja pontuação máxima é **140 pontos**. Uma professora da UFF, chamada Márcia Pinheiro, fez uma interessante comparação.

Professor A

-12h semanais de aula= 120 pontos
- 2 monitores= 10 pontos
- membro de um colegiado= 10 pontos
TOTAL= 140 pontos

Professor B

- 12h semanais de aula= 120 pontos
- 2 monitores= 10 pontos
- membro de um colegiado=10 pontos
- defesa de 3 trabalhos= 15 pontos
- 4 artigos publicados= 28 pontos
- 4 resumos aceitos= 16 pontos
- 2 textos didáticos= 12 pontos
- 3 mídias científicas=27 pontos
TOTAL= 140 PONTOS (limite da GED)

É isso mesmo: como a GED só vai até 140 pontos, enquanto o Professor B se matou de trabalhar, o Professor A cumpriu apenas as suas mínimas obrigações. E ambos obtiveram a mesma gratificação, equivalente ao máximo da GED (100%). Quanto aos aposentados, não importa o que tenham feito ou o quanto tenham trabalhado, têm direito a somente 60% da GED, o que é mais uma maneira do governo driblar a lei que nos garante aposentadoria integral. Por isso é que a proposta do movimento era incorporar a GED ao salário, proposta esta que o governo considera inaceitável. Por isto aceitamos como alternativa a incorporação da outra gratificação, a GAE.

5. **Não há verbas para conceder o que pedem os professores.** Não se trata de uma falácia, aqui é mentira deslavada mesmo. A incorporação da GAE implicaria em gastos da ordem de 363 milhões de reais. Em sua coluna de 12/08/2001, Elio Gaspari nos lembra que: "entre a quebra do Banco Econômico, em agosto de 1995, e a assinatura do PROER, em novembro, passaram-se exatamente 83 dias". A atual greve dos professores das universidades federais está chegando perto dos 80 dias. O governo, todavia, não demonstrou a mesma disposição em resolver o problema das universidades. Enquanto o PROER socorreu os banqueiros com mais de 15 bilhões, a solução para a greve das universidades custaria apenas 363 milhões, ou seja: pouco mais do que 2% do que foi gasto com os bancos há seis anos atrás. Outro cálculo: 363 milhões não pagam nem um dia de juros da dívida externa.
6. **Os professores não querem negociar, são radicais.** Mesmo diante do corte do nosso salário, continuamos a negociar com o governo. Buscamos interlocutores junto ao Parlamento, e depois de uma difícil negociação foi costurado um acordo em torno da incorporação da GAE. No dia em que o acordo iria ser assinado o líder do partido do governo, o deputado Arnaldo Madeira (belo nome para um cara-de-pau) disse que não mais garantiria a alocação das verbas do orçamento. Ou seja, por uma decisão política (no sentido explicitado no item 1) do governo, recusou-se o acordo que poria fim à greve. Quem é radical ?
7. **A universidade pública vai acabar em 5 ou 6 anos.** Pois é, acreditem se quiserem, mas o ministro anunciou o fim da universidade pública em entrevista concedida à *Folha de São Paulo* (21/10/2001). O que ele ignora é que estamos dispostos a defender a universidade pública dos seus ataques. Vamos enterrar sim, mas é o projeto de destruição da universidade pública, gratuita e de qualidade. Sai pra lá, coveiro da educação pública !!!

**** Belo prêmio para quem economizou 20% de energia, mais de 20% de aumento na conta a partir de hoje para compensar a perda de arrecadação da Light, tadinha **** Se quiser receber O P@ndeiro, mande e-mail para alvito@ig.com.br com o assunto QUERO P@NDEIRO